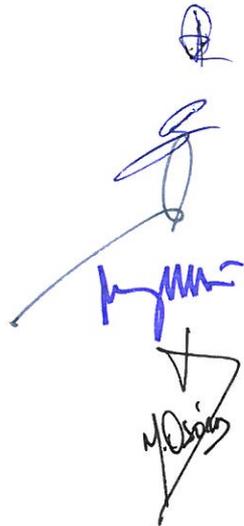


Anexos às Demonstrações Financeiras



Handwritten signatures in blue and black ink, including a circular stamp at the top.

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Ponto 8 do POCAL)

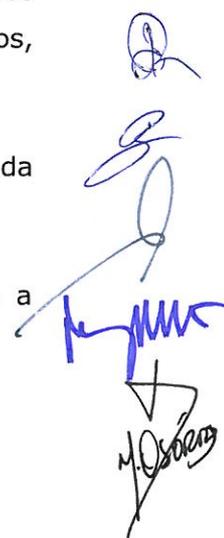
As notas que a seguir se apresentam visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras, apresentadas com os documentos de prestação de contas exigidas no ponto 2 do POCAL, no art.º 6º, do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e Resolução n.º4/2001 e n.º6/2013 do Tribunal de Contas, tendo por finalidade complementar a análise da Gestão Autarquica obtida do Balanço e da Demonstração de Resultados

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis, ou sobre cujo conteúdo se considera não existir informação relevante que justifique a sua divulgação.

Os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3.2 do POCAL, segundo a convenção dos custos históricos, sempre que possível, na base de continuidade das operações.

Os registos contabilísticos foram efectuados em conformidade com os princípios da prudência, especialização dos exercícios, consistência e materialidade.

As notas não incluídas neste anexo não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

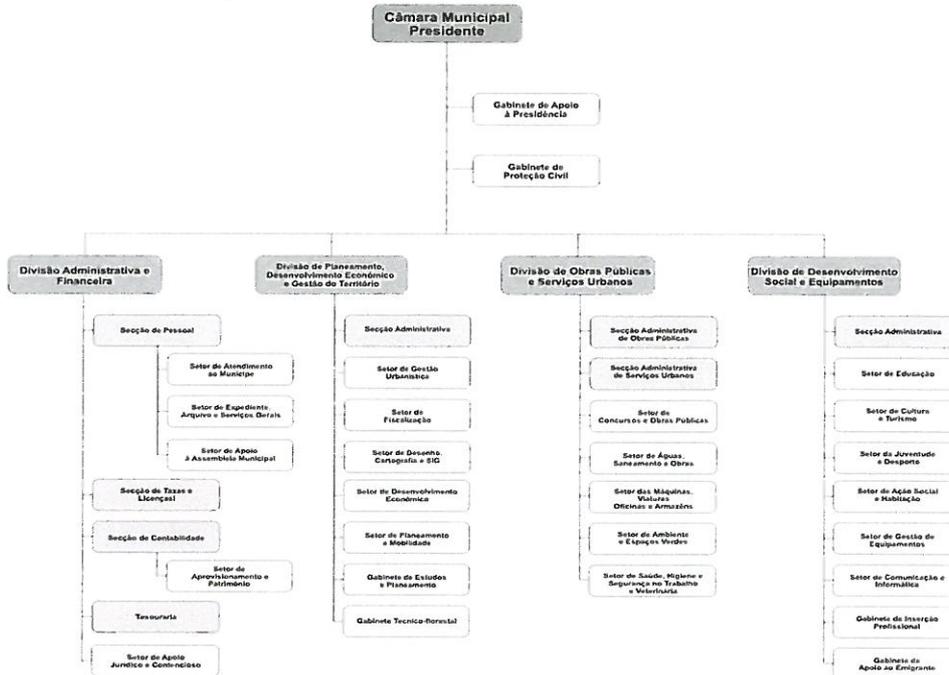


8.1 - CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

(De harmonia com o ponto 8.1 do POCAL e ponto III da Resolução nº6/2013 - 2ª secção do Tribunal de Contas - D. R. II série, nº 226, de 21 de novembro de 2013)

1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	Município do Peso da Régua	3 ENDEREÇO POSTAL	Praça do Município, 327 5054 - UU3 Peso da Régua
2 NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	506829260	TELEFONE / FAX	2543202307254314365
4 REGÍME FINANCEIRO E OUTROS ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO:		5 NÚMERO DE ELEITORES	16 710
		Fonte: Cadernos Eleitorais	
		6 LEGISLAÇÃO (CONSTITUIÇÃO, ORGÂNICA E FUNCIONAMENTO, QUANDO APLICÁVEL):	
7 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFECTIVA (ORGANOGRAMA, QUANDO APLICÁVEL, A INDICAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE NATUREZA CONSULTIVA E DE FISCALIZAÇÃO):			
7.1 Organograma			



7.2	Organização Interna	<table border="1"> <tr> <td>Estutura Organica</td> <td>27 de dezembro de 2012</td> <td>Data da Aprovação</td> <td>14 de janeiro de 2013</td> <td>Data da Publicação</td> <td>Diário da República</td> </tr> <tr> <td>Quadro de Pessoal</td> <td>24 de novembro de 2014</td> <td></td> <td></td> <td></td> <td>II Serie n.º 9</td> </tr> <tr> <td>Reestruturação de Serviços</td> <td>27 de dezembro de 2012</td> <td></td> <td>14 de janeiro de 2013</td> <td></td> <td>II Serie n.º 9</td> </tr> </table>	Estutura Organica	27 de dezembro de 2012	Data da Aprovação	14 de janeiro de 2013	Data da Publicação	Diário da República	Quadro de Pessoal	24 de novembro de 2014				II Serie n.º 9	Reestruturação de Serviços	27 de dezembro de 2012		14 de janeiro de 2013		II Serie n.º 9
Estutura Organica	27 de dezembro de 2012	Data da Aprovação	14 de janeiro de 2013	Data da Publicação	Diário da República															
Quadro de Pessoal	24 de novembro de 2014				II Serie n.º 9															
Reestruturação de Serviços	27 de dezembro de 2012		14 de janeiro de 2013		II Serie n.º 9															

8 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES: Desempenho das funções Sociais como a educação, acção social, habitação social, serviços culturais e recreativos, bem como distribuição de água e resíduos sólidos, transportes Escolares, tal como está definido na atribuição de competências aos Municípios na Lei 159/99 de 14 de Setembro.

9	RECURSOS HUMANOS (IDENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO E, QUANDO APLICÁVEL, DOS RESPONSÁVEIS PELA DIRECÇÃO DA ENTIDADE):				
De 1 de Janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014					
	Presidente	Nuno Manuel Sousa Pinho de Carvalho Gonçalves			
	Vice-Presidente	José Manuel Gonçalves			
	Vereadores	Mário Francisco Cancela Mesquita Montes			
		Mário José Fernandes Lacerda			
		Manuel José Ramalho Ramos Paiva			
		Luís Manuel Teixeira de Sousa Ribeiro			
		Margarida Maria Teixeira Osório Rodrigues da Silva			

10	RESUMO (Nº DE MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO):	11	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA: (Breve descrição das principais características do sistema informático utilizado/existente, demonstrações financeiras intervalares, quando existirem; Existência ou não de descentralização contábilística e, em caso afirmativo, breve descrição do sistema utilizado e do modo de articulação com a contabilidade central)
	Em regime de Permanencia	3	O Município do Peso da Régua, utiliza a aplicação POCAL da Medidata desde 2002. O sistema informático funciona em rede, modo cliente-servidor, sendo que a componente cliente corre na plataforma Windows e a componente servidor em plataforma SQL.
	A meio tempo	0	
	Outros	4	

12	INDICADORES DE GESTÃO:	13	ACÇÕES INSPECTIVAS:
	Fundo de Equilíbrio Financeiro	5 044 233,51	Identificação das acções inspectivas levadas a efeito por órgãos de controlo interno (IGF), com incidência na Gerência e nos 3 anos anteriores:
	Fundo de Social Municipal	307 612,00	
	Participação no IRS	316 555,00	Data da acção:
	Receitas Correntes no ano anterior ao da gerência em apreciação	10 204 338,44	15/07/2013 a 9/08/2013
	Receitas Correntes no ano da gerência em apreciação	10 956 173,66	Período abrangido:
	Despesas de Investimento no ano anterior ao da gerência em apreciação	7 884 084,22	02/01/2010 a 31/12/2012
	Despesas de Investimento no ano da gerência em apreciação	4 682 737,41	Entidade:
	Despesas com Pessoal no ano anterior ao da gerência em apreciação	4 715 081,19	IGF
	Despesas com Pessoal no ano da gerência em apreciação	4 405 676,24	Nº Processo:
	Dívidas a Receber de Terceiros no ano anterior ao da gerência em apreciação	616 770,96	2013/182/A3/1043
	Dívidas a Receber de Terceiros no ano da gerência em apreciação	721 665,08	

14 INDICAÇÃO DA QUOTA PARTE DAS AMORTIZAÇÕES E ENCARGOS FINANCEIROS RESULTANTES DE EMPRESTIMOS CONTRAÍDOS PELAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS EM QUE A ENTIDADE PARTICIPE E OU EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:
Não se aplica

15	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS:	16	REGULAMENTOS/DIRECTIVAS INTERNAS:		
	A Entidade tem Serviços Municipalizados?	Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input checked="" type="checkbox"/>
	Se respondeu Sim, especifique quais e indique os respectivos grupos:		A Entidade tem regulamentos/directivas internas relativos às áreas contábilística, financeira e de controlo interno?	Sim	<input checked="" type="checkbox"/>
			Se respondeu Sim, especifique quais e indique no caso de recurso a empresa de consultoria ou auditoria, as áreas de actuação abrangidas: REGULAMENTO APROVADO EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 23/12/2002		

17	DOCUMENTOS DE GESTÃO:		
		Data de Aprovação pelo Órgão Executivo	Data de Aprovação pelo Órgão Deliberativo
	Grandes Opções do Plano	12 de dezembro de 2013	23 de dezembro de 2013
	Orçamento	12 de dezembro de 2013	23 de dezembro de 2013
	Documentos de Prestação de Contas	17 de abril de 2014	29 de abril de 2014
			Observações
			2014
			2014
			2013

8.2.1.

Os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3.2. do POCAL.

O Plano Plurianual de Investimentos foi efectuado de acordo com o classificador funcional definido no ponto 9.1 do POCAL, apesar de no ano em análise, o Município ainda não ter implementado um sistema de Contabilidade de Custos.

A ausência deste sistema contabilístico não teve efeitos no Balanço e na Demonstração de Resultados apresentados, pelo que a informação neles expressa reflecte a imagem rigorosa e apropriada do Activo, do Passivo, dos Fundos Próprios e dos Resultados da Autarquia.

8.2.3. Para efeitos de avaliação e actualização dos bens do Imobilizado Corpóreo e dos bens de Domínio Público da Autarquia e em cumprimento do disposto na alínea c), do n.º 1 e nas alíneas h) e i), do n.º 2, do art.º 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, e tendo em conta o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais -POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, e pelos Decreto-Lei Nº 315/2000 de 2 de Dezembro e Nº84-A/2002 de 8 de Abril, foram elaboradas as Normas Internas de Inventariação e Cadastro do Património Municipal.

Assim, os critérios valorimétricos utilizados relativamente ao Imobilizado Corpóreo e bens de Domínio Público foram os que constam dessas Normas, os quais obedecem às disposições do POCAL e do CIBE.

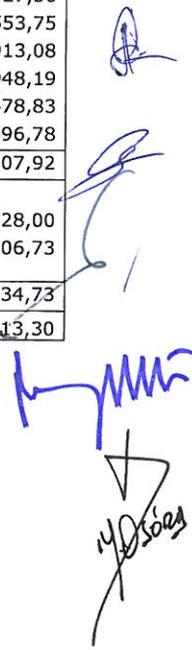
Os critérios valorimétricos aplicados foram os seguintes:

- a) Os Investimentos Financeiros – Partes de Capital, foram avaliados ao custo de aquisição.
- b) As Dívidas de e a Terceiros, são expressas pelas importâncias constantes nos respetivos documentos que as titulam.
- c) As Disponibilidades em Caixa e em Depósitos Bancários exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.
- d) As Amortizações foram calculadas por ano económico, em função da vida útil de cada tipo de activo e pela aplicação das taxas de depreciação preconizadas pelo CIBE.

8.2.7. Os movimentos ocorridos durante o exercício, nas rubricas do Activo Imobilizado constantes do Balanço e nas respectivas amortizações e provisões, podem ser resumidos nos mapas do Activo Bruto e Amortizações e Provisões que a seguir se apresentam. Os valores reportam-se às aquisições do exercício.

ACTIVO BRUTO

Rúbricas		Saldo Inicial	Reav.	Aumentos	Alienações	Transf. e Abates	Saldo Final
45	De bens de domínio público:						
45.1	Terrenos e recursos naturais	532.601,27					532.601,27
45.2	Edifícios	937.036,05					937.036,05
45.3	Outras construções e infra-estruturas	12.703.148,66		153.153,43			12.856.302,09
44.5	Imobilizações em curso	185.229,91		160.659,96			345.889,87
45.9	Outros bens do domínio público						
		14.358.015,89		313.813,39			14.671.829
43	De imobilizações incorpóreas						
43.1	Despesas de instalação						
43.3	Propriedade industrial e outros direitos	126.514,87					126.514,87
43.9	Outras	66.226,50					66.226,50
		192.741,37					192.741,37
42	De imobilizações corpóreas						
42.1	Terrenos e recursos naturais	8.972.916,77		77.131,35	17.400,00	132.600,00	8.900.048,12
42.2	Edifícios e outras construções	75.264.929,93		5.596.015,48	37.800,00	3.934.303,80	76.888.841,61
42.3	Equipamento básico	1.607.082,30		30.445,26			1.637.527,56
42.4	Equipamento de transporte	1.507.734,44		63.819,31		33.000,00	1.538.553,75
42.5	Ferramentas e utensílios	136.798,27		4.114,81			140.913,08
42.6	Equipamento administrativo	189.898,29		49,90			189.948,19
42.9	Outras imobilizações corpóreas	684.188,59		1.290,24			685.478,83
44.2	Imobilizações em curso	18.068.358,74		3.622.318,66		5.446.080,62	16.244.596,78
		106.431.907,33		9.395.185,01	55.200,00	9.545.984,42	106.225.907,92
41	De investimentos financeiros						
41.1	Partes de capital	467.528,00					467.528,00
41.2	Obrigações e títulos de participação			550.006,73			550.006,73
		467.528,00		550.006,73			1.017.534,73
Total		121.450.192,59		10.259.005,13	55.200,00	9.545.984,42	122.108.013,30



AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	50.033.531,05	4.605.969,04	1.270.762,37	53.368.737,72
48.2	De imobilizações corpóreas	44.511.941,78	4.029.190,53	1.270.762,37	47.270.369,94
48.2.2	Edifícios e outras construções	42.044.509,76	3.715.037,78	1.268.405,23	44.491.142,31
48.2.2.1	Edifícios	1.851.114,81	203.340,59	130.500,00	1.923.955,40
48.2.2.2	Outras construções	40.193.394,95	3.511.697,19	1.137.905,23	42.567.186,91
48.2.3	Equipamento básico	1.010.741,31	100.588,25		1.111.329,56
48.2.3.1	Software	96.665,34	290,89		96.956,23
48.2.3.2	Para a Água	115.342,44	8.449,41		123.791,85
48.2.3.3	Saneamento	1.778,25			1.778,25
48.2.3.4	Equipamento p/Estabelecimento de Ensino	311.688,32	25.985,89		337.674,21
48.2.3.5	Material de Educação Cultura e Recreio	49.528,01	12.125,28		61.653,29
48.2.3.7	Material Informática (Hardware)	223.531,68	9.227,30		232.758,98
48.2.3.9	Outros	212.207,27	44.509,48		256.716,75
48.2.4	Equipamento de transporte	793.503,14	133.269,22	2.357,14	924.415,22
48.2.5	Ferramentas e utensílios	71.903,07	17.816,85		89.719,92
48.2.6	Equipamento administrativo	158.383,79	8.755,12		167.138,91
48.2.6.9	Outros	158.383,79	8.755,12		167.138,91
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	432.900,71	53.723,31		486.624,02
48.3	De imobilizações incorpóreas	106.431,12			106.431,12
48.3.3	Propriedade industrial e outros direitos	106.431,12			106.431,12
48.5	De bens de domínio publico	5.415.158,15	576.778,51		5.991.936,66
48.5.2	Edifícios	136.393,98	13.376,66		149.770,64
48.5.3	Outras construções e infraestruturas	5.278.764,17	563.401,85		5.842.166,02
49	PROVISÕES PARA INVESTIMENTOS FINANCEIROS	467.528,00		183.053,00	284.475,00
49.2	Obrigações e títulos de participação	467.528,00		183.053,00	284.475,00
Total		50.501.059,05	4.605.969,04	1.453.815,37	53.653.212,72

ENCARGOS COM EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

8.2.9. Os custos despendidos com as amortizações e juros durante o exercício corrente relativos aos empréstimos obtidos para financiar imobilizações totalizaram o valor de 1.400.282,18 €.

2014	Valores
Amortização	1.156.511,11
Juros	243.771,07
Total	1.400.282,18

Os encargos supra referidos têm sido pagos de modo e nas datas de vencimento, conforme o constante nos respectivos contratos.

No ano de 2014 não se contraíu qualquer emprestimo.

8.2.14. A Inventariação de todos os bens móveis, imóveis desta Autarquia foi efectuada, até ao ano 2002, pela empresa *SIGHT* e a partir do ano 2003, até ao exercício de 2009, pelos próprios serviços da Autarquia. No ano 2010 foi efectuada uma reinventariação de todos os bens móveis, pela empresa *B4B, Contabilidade e Consultoria Lda*. A partir dessa data a inventariação tem sido feita pelos serviços do Município.

8.2.16. Mapa de participações Financeiras

ENTIDADES SOCIETÁRIAS

Denominação	Sede	%	Capital Proprio
Águas de Trás-os Montes e Alto Douro	Vila Real	1,67	17.034.441,00

ENTIDADES NÃO SOCIETÁRIAS

Denominação	Sede	%	Capital Próprio
Associação de Mun. Portugueses do Vinho	Cartaxo	0,013	N/A
Associação do Douro Histórico	Sabrosa	9	16.410,00
Associação do Eixo At.do Nordeste Peninsular	Porto	N/A	1.209.248,22
Associação dos Mun. do Vale Douro Norte	Vila Real	14	1.996.077,39
Associação Iberica dos Mun. Rib. do Douro	Porto	-	-
Associação Nacional de Mun. Portugueses	Coimbra	-	1.853.485,27
Associação Portuguesa dos Mun. com Centro Histórico	Lamego	-	108.311,05
CIM Douro	Vila Real	5	-
Douro Alliance - Eixo Urbano do Douro	Vila Real	33,33	45.000,00
Fundação Museu do Douro	Peso da Régua	7,2	3.718.136,00
Turismo Porto e Norte de Portugal, ER	Viana do Castelo	1,16	4.086.378,44

8.2.22. No ano 2014 foi definido para cobranças duvidosas o valor de 120.672.23€, tendo sido efectuada uma provisão no valor de 91.110,18€.

8.2.26. As garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança do exercício de 2014, constam no seguinte mapa:

CONTAS DE ORDEM

Descrição	Valores	Descrição	Valores
Saldo da Gerência Anterior	168.321,27	Garantias e cauções accionadas	
Garantias e cauções	64.065,74	Garantias e Cauções devolvidas	70.843,30
Recibos de Cobrança	104.255,53	Receita Virtual Cobrada	193.923,87
Garantias e cauções prestadas	67.049,73	Receita Virtual Anulada	14.179,19
Receita Virtual Líquida	224.519,76	Saldo para a Gerência seguinte	180.944,40
Total	459.890,76	Garantias e Cauções	60.272,17
		Recibos para Cobrança	120.672,23
		Total	459.890,76

8.2.27. As Contas de Provisões acumuladas desdobram-se em:

PROVISÕES

Conta		Saldo em 01/01/2014	Aumento	Diminuição	Saldo em 31/12/2014
29.1	Provisões para cobranças duvidosas	86.453,83	4.656,35		91.110,18
49.2	Provisões imobilizações financeiras	467.528,00		284.475,00	183.053,00

8.2.28.

Na conta "51 – Património" registam-se os fundos relativos à constituição da entidade, resultantes dos ativos e passivos que lhe sejam consignados, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas.

Muito embora o POCAL preveja, no nº 2, do art.º 10 e ponto 2.1, que o Balanço Inicial deva estar concluído e elaborado à data obrigatória da entrada em vigor do novo sistema contabilístico, tal não inviabiliza que, pela ocorrência de novos elementos patrimoniais que, à data do balanço inicial não foram objeto da respectiva inscrição, os mesmos não possam ser inventariados.

Para o efeito, e estando em causa movimentos contabilísticos que deveriam ter ocorrido aquando da elaboração do Balanço Inicial, com influência no valor do património, deverá em regra ser movimentada a conta 51 – Património. No exercício em análise, não se registou qualquer alteração ao Balanço Inicial.

Na conta "59 – Resultados Transitados" foram contabilizados as seguintes situações:

Valores a crédito:

Regularização de amortizações de anos anteriores no valor de 1.247.236,69€

Escrituras de Compra, Venda, Permutas, Doações e Certidões no valor de 122.880,35€

Valores a débito:

Transferência do saldo da conta 88 - resultado líquido do ano de 2013, no valor de 5.475.524,73€

Regularização dos Saldos Iniciais de Terceiros no valor de 491.801,86€

8.2.29. O custo das matérias consumidas foi resultado da contabilização de todas as mercadorias e matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

No início do ano 2014 os bens existentes em armazém era de 134.528,13 € , terminando o mesmo ano com existências no valor de 130.461.88€.

8.2.31. Demonstração dos Resultados Financeiros.

Os Custos e Perdas, Proveitos e Ganhos Financeiros ocorridos durante o exercício de 2014 constam do seguinte mapa:

RESULTADOS FINANCEIROS

CUSTOS E PERDAS	Exercícios		PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
	Ano N	Ano N-1		Ano N	Ano N-1
681 - Juros Suportados	243.771,07	193.262,94	781 - Juros obtidos	7.982,01	135,32
682 - Perdas em entidades participadas			782 - Ganhos em entidades participadas		
683 - Amortizações de investimentos em imóveis			783 - Rendimentos de imóveis		
684 - Provisões para aplicações financeiras			784 - Rendimentos de participações de capital		
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis			785 - Diferenças de câmbio favoráveis		
687 - Perdas na alienação de apl. Tesouraria			786 - Descontos de pronto pagamento obtidos		
688 - Outros custos e perdas financeiros	54.641,63	382.700,03	787 - Ganhos na alienação de apl. Tesouraria		
Resultados Financeiros	287.969,83	569.816,73	788 - Outros proveitos e ganhos financeiros	2.460,86	6.010,92
Total	10.442,87	6.146,24	Total	10.442,87	6.146,24

8.2.32. Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas, Proveitos e Ganhos Extraordinários ocorridos no exercício de 2014 constam no mapa apresentado:

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

CUSTOS E PERDAS	Exercícios		PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
	Ano N	Ano N-1		Ano N	Ano N-1
691 - Transferências de capital concedidas	259.050,40	333.445,10	79.1 - Restituições de impostos		
692 - Dívidas incobráveis	0,28	11,95	79.2 - Recuperação de dívidas		
693 - Perdas em existências			79.3 - Ganhos em existências		-277,17
694 - Perdas em imobilizações	67.070,51		79.4 - Ganhos em imobilizações	15.354,60	23.793,39
695 - Multas e penalidades	2.003,60	1.019,50	79.5 - Benefícios penais contratuais	27.781,07	19.750,12
696 - Aumentos amortizações/provisões	12.950,43	151.086,59	79.6 - Reduções amortizações/provisões	311.911,25	25.437,34
697 - Correções relat. exercícios anteriores	293.235,95	2.215.431,13	79.7 - Correções relat. exercícios anteriores	1.232.807,43	1.913.318,84
698 - Outros custos e perdas extraordinários	20.701,37	0,68	79.8 - outros proveitos e ganhos extraordinários	46.294,48	24.081,26
Resultados Extraordinários	979.136,29	-694.891,17			
Total	1.634.148,83	2.006.103,78	Total	1.634.148,83	2.006.103,78